



# TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de

**Analista Judiciário**

**Área Judiciária / Especialidade Execução de Mandados**



Prova Cargo B02, Tipo 1

000000000000000000

00001-001-001

Nº de Inscrição

MODELO

P R O V A

Português  
Conhecimentos Específicos

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.

Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.

Não serão aceitas reclamações posteriores.

- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

### ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3h30min para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS  
Novembro/2004

**PORTUGUÊS**

**Atenção:** As questões de números 1 a 15 referem-se ao texto que segue.

**Leis para indigentes morais**

*Acaba de chegar a Massachussets um grupo de adolescentes sudaneses que viajaram diretamente da Idade da Pedra, ou quase, para a América do século XXI. São cinco mil refugiados, que estão sendo distribuídos pelos EUA. Para muitos, a viagem de avião é a primeira experiência em um transporte motorizado.*

*Qual será o maior estranhamento para esses jovens? A neve e a calefação? Os celulares? A Internet? (...)*

*O susto virá da quantidade de leis formais detalhadas e explícitas que regram a vida americana, enquanto a vida da tribo era regada por poucas normas quase sempre implícitas – ou seja, pela confiança de todos numa moral comum tácita.*

*Nossas leis tornam-se cada vez mais detalhadas, pois há a idéia de que um código exaustivo garantiria o funcionamento de uma comunidade justa. De fato, essa proliferação revela a angústia de uma cultura insegura de suas opções morais. Por sermos indigentes morais, compilamos uma casuística da qual esperamos que diga exatamente o que fazer em cada circunstância. O dito legalismo da sociedade americana, tão freqüentemente denunciado, é apenas o sinal dessa indigência.*

*A tentativa de animar uma comunidade por uma lengalenga de leis testemunha a fraqueza do vínculo social. Não podemos confiar numa inspiração moral compartilhada, por isso inventamos regras para ter, ao menos, muitas obrigações comuns.*

(Contardo Calligaris, **Terra de ninguém**. S. Paulo: **Publi-folha**, 2004, pp. 66/68)

1. Ao referir-se à migração de um contingente de jovens sudaneses para os EUA, o autor formula a hipótese de que deverá haver um choque cultural, provocado pela

- (A) precariedade do estágio técnico em que ainda se encontra a sociedade do Sudão.
- (B) dificuldade que têm os brancos americanos de conviverem com outras etnias.
- (C) excessiva informalidade do sistema jurídico norte-americano.
- (D) exagerada minuciosidade das normas jurídicas vigentes nos EUA.
- (E) fragilidade das regras que estão implícitas na vida social dos sudaneses.

2. Considere as seguintes afirmações:

- I. Não existiria a “indigência moral”, a que especificamente se refere o autor do texto, se houvesse a confiança dos cidadãos em princípios morais que fossem compartilhados.
- II. Nas sociedades ditas “primitivas”, como a sudanesa, há uma grande insegurança dos seus componentes quanto às normas e valores que devem reger a vida social.
- III. O autor considera que a proliferação de leis, tal como ocorre nos EUA, equivale a uma compilação casuística de normas, na qual se busca prever todas as circunstâncias.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) II e III, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) I e II, somente.
- (E) III, somente.

3. Depreende-se da leitura do último parágrafo do texto que

- (A) quanto mais detalhista e previdente se mostra um sistema jurídico, tanto mais fortes são os vínculos sociais.
- (B) a especificação das obrigações que temos uns com os outros não é inspirada por uma moral que efetivamente compartilhamos.
- (C) a fraqueza dos vínculos sociais é uma consequência direta do excesso de generalização das normas jurídicas.
- (D) os vínculos sociais, quando são fortes, dispensam os valores do que se costuma chamar uma *inspiração moral compartilhada*.
- (E) a expressão *lengalenga de leis* aplica-se aos casos em que as normas jurídicas pecam pelo excesso de generalização e pela imprevidência.

4. No contexto da frase *O dito legalismo da sociedade americana, tão freqüentemente denunciado, é apenas o sinal dessa indigência*, os termos sublinhados têm, respectivamente, o sentido de

- (A) assumido - indicado - pobreza.
- (B) chamado - acusado - penúria.
- (C) propalado - investivado - insolvência.
- (D) suposto - injuriado - precariedade.
- (E) confessado - exposto - impropriedade.

5. *Por sermos indigentes morais, compilamos uma casuística (...).*

Está INCOERENTE com o texto a reconstrução da frase acima em:

- (A) A compilação de uma casuística vai de encontro à nossa indigência moral.
- (B) Compilamos uma casuística em virtude de nossa indigência moral.
- (C) É o fato de sermos uns indigentes morais que nos leva a compilar uma casuística.
- (D) A razão de compilarmos uma casuística está no fato de sermos indigentes morais.
- (E) A compilação de uma casuística decorre diretamente de nossa indigência moral.

<p>6. As normas de concordância verbal e nominal estão plenamente respeitadas <b>apenas</b> na frase:</p> <p>(A) As excessivas particularidades das leis que regem a sociedade norte-americana deve-se à carência dos valores que realmente se pudesse compartilhar.</p> <p>(B) Ao chegar a Massachussets, oriundo do Sudão, o contingente de jovens foi distribuído pelas várias regiões a que desde há muito já estavam destinadas.</p> <p>(C) Prevê-se que aos jovens sudaneses assustará a proliferação das leis norte-americanas, uma vez que as do Sudão são, além de poucas, implícitas.</p> <p>(D) A propósito das leis norte-americanas, costumamos falar em formalismo e legalismo, quando melhor seríamos reconhecer-lhes a indigência moral a que correspondem.</p> <p>(E) Se é da confiança coletiva que decorrem, na vida social no Sudão, a força dos valores compartilhadas, é da fraqueza destas que nasce o formalismo das nossas leis.</p>	<p>10. Quanto à ortografia, está inteiramente correto o que se lê em:</p> <p>(A) Não terão sido <i>expatriados</i> esses cinco mil jovens sudaneses? Por vezes, a palavra <i>refugiados</i> é utilizada de maneira meio eufêmica.</p> <p>(B) Países do primeiro mundo acabam catalizando migrações em massa. Do ponto de vista da população local, essas levas de migrantes quase nunca são bem-vindas.</p> <p>(C) Nós não nos insurjimos contra esse despropositado aparato de leis porque não temos quaisquer convicções quanto aos nossos fundamentos morais.</p> <p>(D) <i>A lengalenga de leis</i>, em que se vão transformando nossos códigos, opõe-se à concisão das normas que vitem de modo implícito na sociedade sudanesa.</p> <p>(E) O autor do texto deplora nossos códigos casuísticos. Ele manifesta clara preferência pela primasia dos valores morais comuns, e não das obrigações regulamentadas.</p>
<p>7. Indica-se uma alteração da <b>voz verbal</b> do segmento sublinhado em:</p> <p>(A) Cinco mil refugiados <u>estão sendo distribuídos</u> pelos EUA = foram distribuídos.</p> <p>(B) Qual <u>será</u> o maior estranhamento para esses jovens? = terá sido.</p> <p>(C) O susto <u>virá</u> da quantidade de leis formais = deverá vir.</p> <p>(D) A vida da tribo <u>era regradada</u> = regravava-se.</p> <p>(E) É por isso que <u>inventamos</u> tantas regras = são inventadas.</p>	<p>11. Todas as formas verbais estão adequadamente flexionadas na frase:</p> <p>(A) Os jovens que proviram do Sudão assustar-se-ão com a quantidade de casuísmos a que deverão se submeter em sua nova experiência de vida.</p> <p>(B) Por vezes, uma comparação da nossa cultura com a de outros povos restitue-nos o desejo de uma sociedade em que nada obstrui o caminho natural da justiça.</p> <p>(C) Se viajar de avião já constitui, para essa leva de jovens, uma experiência assombrosa, imagine-se o assombro deles quando haverem de entrar em contato com nossas leis.</p> <p>(D) Em suas tribos, os jovens sudaneses entretiam-se com as práticas da vida concreta, sem a preocupação de atentarem para intermináveis códigos de leis casuísticas.</p> <p>(E) Deveríamos agir segundo valores com os quais reouvéssemos o sentido do que é social, e não sob a pressão de códigos que advieram de uma progressiva indigência moral.</p>
<p>8. Está inteiramente correta a redação da seguinte frase:</p> <p>(A) Tratam-se de cinco mil refugiados, cuja destinação tudo o que sabemos é que é a mais variada possível.</p> <p>(B) Todos podemos testemunhar de que é inútil tentar animar uma sociedade através de uma lengalenga de leis.</p> <p>(C) Não há uma inspiração moral a cujo compartilhamento nos faça ter confiança em um mínimo de princípios.</p> <p>(D) De uma tal compilação de casuísmos não se esperem bons resultados, pois ela está longe de valer como um conjunto de princípios autênticos.</p> <p>(E) O rigoroso detalhismo de nossas leis, de cujo muitos querem interpretar como um rigoroso legalismo, constitui, de fato, uma grande lengalenga.</p>	<p>12. Quanto ao uso, ou não, do sinal de crase, a frase inteiramente correta é:</p> <p>(A) Acaba de chegar a América um grupo de sudaneses, à que se darão diferentes destinos, certamente à revelia desses jovens, que chegaram como refugiados.</p> <p>(B) O autor supõe que, tendo em vista à quantidade de leis às quais deverão obediência, os jovens refugiados passarão por poucas e boas, até a completa adaptação.</p> <p>(C) As normas da tribo, às quais faz o autor referência, são poucas e implícitas, visam à boa prática de valores consensuais, e não a uma mera catalogação de obrigações.</p> <p>(D) A angústia a que submeteremos esses jovens deve-se-á não apenas à essa quantidade de leis, mas sobretudo à maneira artificial pela qual pretendem aplicar-se à realidade.</p> <p>(E) Quando à cada nova obrigação miúda corresponder uma nova norma, não haverá como pôr termo a inchação dos códigos, à uma sempre crescente lengalenga de leis.</p>
<p>9. <i>Essa proliferação de leis revela a angústia de uma cultura insegura de suas opções morais.</i></p> <p>Caso se substitua, na frase acima, o termo <b><i>insegura</i></b> por</p> <p>(A) <b><i>insatisfeita</i></b>, deve seguir-se a expressão <b><i>às suas opções morais</i></b>.</p> <p>(B) <b><i>desorientada</i></b>, deve seguir-se a expressão <b><i>quanto a suas opções morais</i></b>.</p> <p>(C) <b><i>desatenta</i></b>, deve seguir-se a expressão <b><i>por suas opções morais</i></b>.</p> <p>(D) <b><i>carente</i></b>, deve seguir-se a expressão <b><i>de cujas opções morais</i></b>.</p> <p>(E) <b><i>desprovida</i></b>, deve seguir-se a expressão <b><i>mediante suas opções morais</i></b>.</p>	

<p>13. Considere os seguintes períodos:</p> <p>I. Se sempre há quem julgue, a maior especificação dos códigos uma garantia de maior justiça, há também quem a ache ao contrário, um retrocesso, um caso de indigência moral.</p> <p>II. Acima de toda casuística, deve-se buscar um plano de valores comungáveis e autênticos, capazes de promover uma conduta social naturalmente justa, em vez de se prescrever um rosário sem fim de obrigações pessoais.</p> <p>III. Séculos atrás, Montaigne, num de seus ensaios, já narrava a perplexidade de alguns índios americanos, quando postos em contato com os sofisticados e artificiais procedimentos da aristocracia francesa.</p> <p>Quanto à pontuação, está inteiramente correto o que se lê em</p> <p>(A) I, II, III.          (B) I e II, somente.          (C) I e III, somente.          (D) II e III, somente.          (E) II, somente.</p>	<p>17. <i>Nos próximos dias estaremos enviando-lhe nosso catálogo e o senhor estará tomando conhecimento das nossas novas ofertas.</i></p> <p>A frase acima apresenta um vício muito presente no discurso oral em nossos dias, representado</p> <p>(A) pelo mau emprego de pronomes pessoais.          (B) pela falta de critério no emprego de formas de tratamento.          (C) pelo emprego equivocado do nosso léxico.          (D) pelo mau emprego de tempos e modos verbais.          (E) pela incorreção da regência verbal.</p>
<p>14. <i>Não podemos confiar numa inspiração moral compartilhada, por isso inventamos regras.</i></p> <p>Caso se reconstrua o período acima, começando-se por <i>Inventamos regras</i>, uma possibilidade de complementação correta, coerente com o sentido original do período, será a frase:</p> <p>(A) desde que não possamos confiar numa inspiração moral compartilhada.          (B) pela razão de que não podemos confiar numa inspiração moral compartilhada.          (C) por isso não podemos confiar numa inspiração moral compartilhada.          (D) razão pela qual não podemos confiar numa inspiração moral compartilhada.          (E) ainda que não possamos confiar numa inspiração moral compartilhada.</p>	<p>18. <i>Quanto melhor estiver constituído o Estado, tanto mais os negócios públicos prevalecerão sobre os particulares.</i> (Rousseau)</p> <p>Não haveria prejuízo para o sentido da frase de Rousseau caso a reconstruíssemos corretamente, como está em:</p> <p>(A) O Estado se constituirá de modo tanto mais aprimorado quanto mais os negócios públicos tiverem prevalência sobre os particulares.          (B) Os negócios públicos prevalecerão sobre os privados, da mesma forma em que o Estado se vá aprimorando em sua melhor constituição.          (C) Somente estará tão bem constituído o Estado quando os negócios públicos igualmente prevalecerem sobre os particulares.          (D) À proporção que o Estado vá se constituindo, tanto melhor para os negócios públicos prevalecerem sobre os particulares.          (E) A prevalência dos negócios públicos sobre os particulares é tanto maior quanto mais se aprimora a constituição do Estado.</p>
<p>15. Há um excesso de leis, e quando <u>há leis</u> em excesso deve-se <u>reconhecer nessas leis</u> o vício da excessiva particularização, <u>excessiva particularização que</u> só revela a fragilidade dos princípios morais.</p> <p>Evitam-se as desagradáveis repetições do período acima substituindo-se os segmentos sublinhados, respectivamente, por</p> <p>(A) as há - reconhecer nelas - a qual.          (B) há as mesmas - reconhecê-las - a qual.          (C) há elas - reconhecer-lhes - cuja.          (D) as há - reconhecer a elas - cuja.          (E) há estas - reconhecê-las - onde.</p>	<p>19. As razões ..... ele deverá invocar para justificar o que fez não alcançarão qualquer ressonância ..... membros do Conselho, ..... votos ele depende para permanecer na empresa.</p> <p>Preenchem de modo correto as lacunas da frase acima, respectivamente, as expressões:</p> <p>(A) a que - para com os - de cujos          (B) de que - junto aos - cujos os          (C) que - diante dos - de quem os          (D) às quais - em vista dos - em cujos          (E) que - junto aos - de cujos</p>
<p>16. <b>Fluência em línguas não eliminará mais candidato a diplomata</b></p> <p>Na manchete acima, o jornalista desejou informar que a prova de fluência em línguas não mais seria eliminatória, mas <b>o que de fato a manchete está afirmando</b> é:</p> <p>(A) Todo candidato a diplomata que não for fluente em línguas deverá ser eliminado.          (B) Mais nenhum candidato a diplomata será eliminado, ainda que não seja fluente em línguas.          (C) O candidato a diplomata que for fluente em línguas não mais será eliminado.          (D) A falta de fluência em línguas eliminará ainda mais candidatos a diplomata.          (E) A fluência em línguas deixará de eliminar a maioria dos candidatos a diplomata.</p>	<p>20. Em razão do desrespeito às normas de concordância verbal, é preciso <b>corrigir</b> a seguinte frase:</p> <p>(A) Ainda que não continue a cometê-lo de modo tão regular, como costumava ocorrer, vêm-no prejudicando esses seus destemperos.          (B) Se houverem de ser consideradas as desculpas desse faltoso, por que não relevar as dos demais?          (C) Apesar de todas as manobras com que tumultuara a sessão, não logrou o grupo oposicionista alcançar os adiamentos que tanto lhe interessavam.          (D) Quando já não existir, entre mim e você, mais do que uns instantes de simpatia, não haverá por que continuarmos juntos.          (E) Cada um daqueles colegas que de fato demonstraram afeto por mim receberá este livrinho, em que se reavivam as nossas melhores recordações.</p>

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****DIREITO ADMINISTRATIVO**

21. Com a nomeação de Agenor para o cargo de Analista Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, pode-se asseverar que o correspondente ato constitui forma de

- (A) provimento originário a esse cargo público, ficando a investidura na dependência da posse e exercício.
- (B) investidura originária no citado cargo público, ocorrendo o provimento com o exercício.
- (C) ascensão ao referido cargo público, ao passo que a investidura ocorre com a nomeação.
- (D) investidura derivada ao respectivo cargo público, podendo ocorrer o provimento com o exercício.
- (E) provimento desse cargo público, sendo que a investidura ocorrerá com a posse.

22. A conceituação de ato administrativo em face do Estado Democrático de Direito, obtida a partir do conjunto principiológico constante na Constituição Federal, corresponde à

- (A) norma concreta, emanada do Estado, ou por quem esteja no exercício da função administrativa, que tem por finalidade criar, modificar, extinguir ou declarar relações jurídicas entre o Estado e o administrado, suscetível de ser contrastada pelo Poder Judiciário.
- (B) manifestação bilateral da vontade da Administração Pública, ou de quem a represente, tendo como finalidade criar ou extinguir direitos e obrigações, produzindo efeitos jurídicos imediatos, sob o regime de direito público e não se sujeita ao controle judicial.
- (C) conjugação de vontades do Estado, ou de quem lhe faça as vezes, e do administrado, objetivando criar, modificar ou declarar as correspondentes relações jurídicas, sob o regime de direito público e privado, sujeita apenas à apreciação judicial quanto ao mérito.
- (D) manifestação unilateral da vontade da Administração Pública, objetivando determinar, compulsoriamente, a observância a direitos e obrigações pelo administrado, passível de apreciação de ofício pelo Poder Judiciário.
- (E) regra ditada unilateral ou bilateralmente pelo Estado, ou por quem o represente, mediante plena observância da lei para que produza os correspondentes efeitos, podendo sofrer o controle judicial quanto à discricionariedade e ao mérito.

23. Os atos de nomeações de Márcio para cargo de Analista Judiciário por aprovação em concurso público, e de Josimar para o cargo de Assistente do Diretor Geral, de livre nomeação e exoneração, lotados no Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, correspondem, respectivamente, à vinculação e à discricionariedade do ato administrativo. Diante disso, considere as seguintes situações:

- I. A discricionariedade é sempre relativa e parcial, porque, quanto à competência, à forma e à finalidade, como requisitos do ato, a autoridade administrativa está subordinada ao que a lei dispõe, como para qualquer ato vinculado.
- II. A vinculação poderá ser parcial ou total, posto que o motivo, a finalidade e o objeto, como requisitos ou elementos do ato, deverão ser valorados pelo administrador público, razões pelas quais existirá sempre uma diminuta margem de liberdade, aplicável, também, para o ato discricionário.
- III. Tanto a discricionariedade como a vinculação são parciais quanto à motivação, finalidade e imperatividade, que constituem requisitos do ato, não possibilitando a mínima liberdade de atuação do administrador, mesmo quando parcialmente subordinado à lei.

É correto o que se contém APENAS em

- (A) I.
- (B) I e III.
- (C) II.
- (D) II e III.
- (E) III.

24. Com relação aos atos administrativos, considere:

- I. Atos emanados de autoridades outras que não o Chefe do Executivo, inclusive do Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, tendo como objetivo disciplinar matéria de suas competências específicas, como forma de atos gerais ou individuais.
- II. Atos que se revestem como fórmula de expedição de normas gerais de orientação interna, emanados do Diretor Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, a fim de prescreverem o modo pelo qual seus subordinados deverão dar andamento aos seus serviços.
- III. Atos expedidos pela Diretoria de Material e Patrimônio do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, objetivando transmitir ordens uniformes aos seus subordinados.

Os atos administrativos referidos em I, II e III correspondem, respectivamente, às seguintes espécies:

- (A) instruções, ofícios e circulares.
- (B) decretos, avisos e ordens de serviço.
- (C) despachos, portarias e ofícios.
- (D) pareceres, alvarás e avisos.
- (E) resoluções, instruções e circulares.

25. Em matéria de revogação dos atos administrativos, é INCORRETO asseverar:

- (A) não podem ser revogados os atos que exauriram os seus efeitos; como a revogação opera efeitos para o futuro, impedindo que o ato continue a produzir efeitos, se o ato já exauriu, não haverá razão para a revogação.
- (B) os atos vinculados podem ser revogados, precisamente porque neles se apresentam os aspectos pertinentes à conveniência e oportunidade; e a administração tem a liberdade para apreciar esses aspectos no momento da edição do ato, e também poderá apreciá-los posteriormente.
- (C) a revogação não pode ser praticada quando estiver exaurida a competência relativamente ao objeto do ato; se o interessado recorreu de um ato administrativo e este esteja sob apreciação de autoridade superior, aquela que praticou o ato não terá competência para revogá-lo.
- (D) a revogação não pode alcançar os intitulados meros atos administrativos, a exemplo das certidões, atestados, votos, haja vista que os efeitos deles decorrentes são estabelecidos pela lei.
- (E) a Administração pode revogar seus próprios atos por motivo de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

26. Em matéria de licitações e contratos administrativos, considere:

- I. A imperiosa necessidade de o Tribunal Superior do Trabalho contratar a prestação dos serviços para elaboração de projeto básico referente à reforma do seu edifício sede, localizado na Praça dos Tribunais Superiores, Bloco “D”, Brasília, Distrito Federal.
- II. A locação de imóvel na Capital Federal para ser ocupado pelo Superior Tribunal do Trabalho durante o prazo necessário para a reforma do seu edifício sede.

As contratações destinadas à satisfação das necessidades descritas em I e II, comportam, respectivamente, as seguintes soluções:

- (A) inviabilidade de competição por não constituir o projeto básico objeto a ser contratado mediante prévio certame licitatório; licitação vedada em decorrência da situação de fato que estará diretamente relacionada com a reforma do edifício sede desse Tribunal.
- (B) obrigatoriedade de ser realizado o correspondente procedimento licitatório, em face da ausência de hipótese legal excepcionando a licitação; inexigibilidade de licitação em decorrência da localização do imóvel a ser locado, observado o valor de mercado.
- (C) licitação dispensável, independentemente da natureza dos serviços e do conceito do profissional ou da empresa no campo de sua especialidade; obrigatoriedade de licitação em face da localização do imóvel não constitui requisito para excepcionar a necessidade de realização do certame licitatório.
- (D) inexigibilidade de licitação, desde que a contratação seja com profissional ou empresa de notória especialização e os serviços sejam de natureza singular; licitação dispensável para imóvel cuja localização seja a condicionante de sua escolha, devendo o preço ser compatível com o valor de mercado.
- (E) licitação vedada, desde que a contratação seja celebrada com entidade que tenha sido criada para esse fim específico em data anterior; licitação dispensada, desde que o imóvel pertença a outro órgão ou entidade da Administração Pública, de qualquer esfera de governo.

27. Analise os comportamentos dos servidores públicos do Ministério da Justiça a seguir descritos:

- I. O ato de Paulo levar para a sua residência, sem prévia autorização da autoridade competente, o seu superior hierárquico, o *notebook* pertencente àquele Ministério, para fim de realizar trabalho da Faculdade.
- II. A conduta de Djanir no sentido de proceder, reiteradamente, de forma desidiosa no exercício das suas funções.
- III. A inassiduidade habitual de Jurandir.

Esses comportamentos são passíveis, respectivamente, das seguintes penalidades:

- (A) suspensão de até 20 (vinte) dias, suspensão de até 30 (trinta) dias e advertência.
- (B) suspensão de até 60 (sessenta) dias convertida em multa, advertência e demissão.
- (C) advertência, demissão e suspensão de até 60 (sessenta) dias.
- (D) demissão, suspensão de 15 (quinze) dias, convertida em multa, e advertência.
- (E) advertência, suspensão de até 90 (noventa) dias e demissão.

#### DIREITO CONSTITUCIONAL

28. A “Escola Infantil Ensino Global” foi publicamente acusada pelos meios de comunicação de ter cometido infração penal grave por parte de seus proprietários. Entretanto, o fato revelou-se como abuso dos meios de imprensa falada e escrita, visto que foi cabalmente demonstrado serem as acusações totalmente inverídicas. Nesse caso, a ofendida

- (A) não tem direito de resposta por ser pessoa jurídica, e sua indenização fica restrita aos danos morais.
- (B) tem direito de resposta proporcional ao agravo, e com indenização restrita aos danos morais.
- (C) tem direito de resposta proporcional ao agravo, além de indenização por dano material, moral ou à imagem.
- (D) não tem direito de resposta por ser pessoa jurídica, mas sua indenização abrange os danos morais e materiais e à imagem.
- (E) tem direito de resposta que, a critério do juiz, poderá ser superior ao agravo, diante da intensidade das acusações, e indenização apenas quanto à imagem.

29. Leonardo era metalúrgico e prestava serviços para a empresa “Metais e Metais Ltda.”. Ao atingir o tempo de serviço exigido por lei, resolveu aposentar-se e participar do sindicato de sua categoria profissional, visto que continuava filiado. Nesse caso, Leonardo

- (A) não pode votar ou ser votado, definitivamente, na organização sindical.
- (B) tem direito a votar, mas não a ser votado na organização sindical.
- (C) tem direito a ser votado, mas não a votar na organização sindical.
- (D) tem direito a votar e ser votado na organização sindical.
- (E) não pode votar ou ser votado na organização sindical, salvo se retornar ao serviço ativo.

<p>30. O exercício de classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão, e a instituição de diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive saneamento básico e transportes urbanos, são de competência</p> <p>(A) da União, em ambos os casos.</p> <p>(B) dos Municípios, em ambos os casos.</p> <p>(C) dos Estados, em ambos os casos.</p> <p>(D) da União e dos Municípios, respectivamente.</p> <p>(E) da União e dos Estados, respectivamente.</p>	<p>33. Maria Dulce é membro do Ministério Público do Trabalho, frente ao Tribunal Regional da 22ª Região, há mais de 15 (quinze) anos. Nesse caso, NÃO constitui vedação para Maria Dulce</p> <p>(A) exercer a advocacia.</p> <p>(B) receber, a qualquer título, custas processuais.</p> <p>(C) exercer, de regra, atividade político-partidária.</p> <p>(D) participar de sociedade comercial, na forma de lei.</p> <p>(E) exercer qualquer outro cargo público, inclusive judicial.</p>
<p>31. Tendo em vista o Poder Executivo Federal, considere:</p> <p>I. Se, antes de realizado o segundo turno, ocorrer morte ou impedimento legal do candidato, será feita nova eleição para a escolha do candidato substituto.</p> <p>II. O Vice-Presidente sucederá o Presidente, no caso de impedimento, e substituir-lhe-á, no caso de vaga.</p> <p>III. Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á a eleição noventa dias depois de aberta a última vaga.</p> <p>IV. Se, decorridos dez dias da data fixada para a posse, o Presidente ou o Vice-Presidente, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.</p> <p>É correto o que se contém APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) I e IV.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) III e IV.</p>	<p>34. No caso de delegação ao Presidente da República para que elabore a lei, a referida delegação terá forma de</p> <p>(A) decreto legislativo do Congresso Nacional, que especificará tão-somente os termos de seu exercício, com votação por maioria absoluta e sanção por seu Presidente.</p> <p>(B) resolução do Senado Federal, que deverá limitar o conteúdo de seu exercício, com votação por maioria absoluta e sanção por seu Presidente.</p> <p>(C) decreto legislativo da Câmara dos Deputados, que apresentará os limites de seu exercício, com votação por maioria qualificada, e sem sanção.</p> <p>(D) resolução do Congresso Nacional, que especificará seu conteúdo e os termos de seu exercício, com votação por maioria simples, e sem sanção.</p> <p>(E) resolução ou decreto legislativo de qualquer Casa legislativa, com as limitações legais, com votação por maioria qualificada, e sem sanção.</p>
<p>32. Vicente é brasileiro nato e François é brasileiro naturalizado. Diante dessas situações, é correto que</p> <p>(A) somente Vicente poderá ser da carreira diplomática.</p> <p>(B) a lei não poderá, em nenhuma hipótese, estabelecer distinção entre ambos.</p> <p>(C) tanto Vicente como François poderão ser oficiais da Marinha ou da Aeronáutica.</p> <p>(D) Vicente será juridicamente brasileiro e François juridicamente estrangeiro, para fim de nomeação para cargo público.</p> <p>(E) ambos poderão perder a nacionalidade no caso de cancelamento administrativo, assegurada ampla defesa.</p>	<p style="text-align: center;"><b>DIREITO DO TRABALHO</b></p> <p>35. Os direitos adquiridos pelos empregados</p> <p>(A) não são afetados por qualquer alteração na estrutura jurídica da empresa.</p> <p>(B) são afetados por qualquer alteração na estrutura jurídica da empresa.</p> <p>(C) são afetados apenas pelas alterações na estrutura jurídica da empresa.</p> <p>(D) são afetados pela mudança na propriedade da empresa.</p> <p>(E) são afetados por qualquer alteração na estrutura administrativa da empresa.</p> <p>36. NÃO serão descontados e nem computados como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto NÃO EXCEDENTES de:</p> <p>(A) no máximo cinco minutos.</p> <p>(B) no máximo quinze minutos.</p> <p>(C) quinze minutos, observado o limite máximo de vinte minutos.</p> <p>(D) dez minutos, observado o limite máximo de quinze minutos diários.</p> <p>(E) cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários.</p>

<p>37. Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração NÃO EXCEDA a</p> <p>(A) quarenta e quatro horas semanais.</p> <p>(B) trinta e seis horas semanais.</p> <p>(C) vinte e cinco horas semanais.</p> <p>(D) três dias semanais.</p> <p>(E) dois dias semanais.</p>	<p>41. Convenção coletiva de trabalho é</p> <p>(A) acordo de caráter normativo, celebrado diretamente entre um empregado e a empresa para a qual presta serviços.</p> <p>(B) acordo de caráter normativo, celebrado entre empresa ou empresas e sindicato representativo de categoria profissional.</p> <p>(C) acordo de caráter normativo, celebrado entre sindicatos representativos de categoria econômica e de categoria profissional.</p> <p>(D) ato de caráter normativo, editado pela Delegacia Regional do Trabalho.</p> <p>(E) decisão de caráter normativo, proferida pela Justiça do Trabalho.</p>
<p>38. O tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e do trabalho para a residência</p> <p>(A) é sempre computado na jornada de trabalho do empregado.</p> <p>(B) é computado na jornada de trabalho do empregado apenas quando este utilizar transporte público regular.</p> <p>(C) não é computado na jornada de trabalho do empregado, salvo quando este utilizar veículo próprio para sua condução.</p> <p>(D) não é computado na jornada de trabalho, salvo quando, tratando-se de local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o empregador fornecer condução.</p> <p>(E) nunca é computado na jornada de trabalho do empregado porque este não está executando serviços.</p>	<p>42. A conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada</p> <p>(A) quando o empregado tiver idade igual ou superior a 60 anos e comprovar que está desempregado há pelo menos um ano.</p> <p>(B) na despedida sem justa causa, inclusive a despedida indireta.</p> <p>(C) quando o empregado contrair matrimônio.</p> <p>(D) na despedida com ou sem justa causa.</p> <p>(E) no pedido de demissão.</p>
<p>39. São EXCLUÍDOS da duração normal da jornada de trabalho os empregados que exercem atividade</p> <p>(A) interna sob a fiscalização direta do empregador.</p> <p>(B) externa incompatível com a fixação de horário de trabalho, devendo tal condição ser anotada na Carteira de Trabalho e Previdência Social e no registro de empregados.</p> <p>(C) externa incompatível com a fixação de horário de trabalho, sendo dispensável que tal condição seja anotada na Carteira de Trabalho e Previdência Social e no registro de empregados.</p> <p>(D) externa incompatível com a fixação de horário de trabalho e desde que recebam gratificação de função superior a 40% do salário.</p> <p>(E) externa, mesmo quando compatível com a fixação de horário de trabalho.</p>	<p style="text-align: center;"><b>DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO</b></p> <p>43. O direito processual comum</p> <p>(A) é fonte autônoma do direito processual do trabalho, prevalecendo sobre suas normas em caso de dúvida.</p> <p>(B) é fonte heterônoma do direito processual do trabalho, prevalecendo sempre sobre suas normas.</p> <p>(C) é fonte subsidiária do direito processual do trabalho, nos casos omissos, exceto naquilo em que for incompatível com suas normas.</p> <p>(D) é fonte subsidiária do direito processual do trabalho, nos casos omissos, mesmo naquilo em que for incompatível com suas normas.</p> <p>(E) não pode ser aplicado como fonte subsidiária do direito processual do trabalho.</p>
<p>40. O salário mínimo é a contraprestação mínima devida pelo empregador a todo empregado,</p> <p>(A) devendo ser pago integralmente em dinheiro.</p> <p>(B) podendo ser pago 70% <i>in natura</i> e pelo menos 30% do valor em dinheiro.</p> <p>(C) podendo ser pago 50% <i>in natura</i> e 50% do valor em dinheiro.</p> <p>(D) exceto quando o empregado for trabalhador rural.</p> <p>(E) exceto quando o empregado é trabalhador em domicílio.</p>	<p>44. Os atos processuais</p> <p>(A) serão sempre públicos e realizar-se-ão todos os dias das 6 às 18 horas.</p> <p>(B) serão públicos, salvo quando determinar o interesse das partes, e realizar-se-ão nos dias úteis das 8 às 18 horas.</p> <p>(C) serão públicos, salvo quando determinar o interesse social, e realizar-se-ão todos os dias das 7 às 19 horas.</p> <p>(D) serão públicos, salvo quando determinar o interesse social, e realizar-se-ão nos dias úteis das 6 às 20 horas.</p> <p>(E) serão públicos quando houver autorização das partes interessadas e realizar-se-ão nos dias úteis das 8 às 18 horas.</p>



<p>45. É correto afirmar que</p> <p>(A) a reclamação trabalhista verbal será distribuída após a sua redução a termo.</p> <p>(B) a reclamação trabalhista verbal será distribuída e reduzida a termo, após 48 horas.</p> <p>(C) a reclamação trabalhista escrita deverá ser formulada obrigatoriamente em três vias.</p> <p>(D) o autor deverá apresentar os documentos no prazo de 48 horas, após a distribuição da reclamação trabalhista.</p> <p>(E) os empregados e empregadores poderão reclamar pessoalmente perante a Justiça do trabalho.</p>	<p>49. Cabe Recurso de Revista para a</p> <p>(A) Turma do TST, das decisões proferidas em grau de recurso ordinário em dissídio individual pelos Tribunais Regionais do Trabalho.</p> <p>(B) Seção de Dissídios Individuais do TST, das decisões proferidas em grau de recurso de revista em dissídio individual pelos Tribunais Regionais do Trabalho.</p> <p>(C) Turma do TST, das decisões proferidas em grau de recurso ordinário em dissídio coletivo pelos Tribunais Regionais do Trabalho.</p> <p>(D) Seção de Dissídios individuais do TST, das decisões proferidas em grau de recurso ordinário em dissídio individual pelas Varas do Trabalho.</p> <p>(E) Turma do TRT, das decisões proferidas pelas Varas do Trabalho.</p>
<p>46. Quanto aos prazos processuais, é correto afirmar que:</p> <p>(A) Contam-se com a inclusão do dia do começo e a exclusão do dia do vencimento.</p> <p>(B) Contam-se com a exclusão do dia do começo e a inclusão do dia do vencimento.</p> <p>(C) A contagem é suspensa nos finais de semana e feriados.</p> <p>(D) Se o vencimento ocorrer no sábado, domingo ou feriado, terminarão na primeiro dia útil que o anteceder.</p> <p>(E) Não são computados para os menores de 18 anos.</p>	<p>50. No dissídio coletivo, o não comparecimento de uma das partes à audiência importa</p> <p>(A) o adiamento da audiência.</p> <p>(B) a revelia e pena de confissão quanto à matéria de fato.</p> <p>(C) litigância de má-fé por desobediência de ordem judicial.</p> <p>(D) o julgamento do processo, depois de realizadas as diligências que entendam-se necessárias e ouvida a Procuradoria.</p> <p>(E) o julgamento do processo, independentemente da oitiva da Procuradoria.</p>
<p>47. Na audiência trabalhista, se</p> <p>(A) até 30 minutos após a hora marcada, o juiz do trabalho não houver comparecido, os presentes poderão retirar-se.</p> <p>(B) até 15 minutos após a hora marcada, o juiz do trabalho não houver comparecido, os presentes poderão retirar-se.</p> <p>(C) até 15 minutos após a hora marcada, as partes não houverem comparecido, o juiz do trabalho deverá adiar a realização da audiência.</p> <p>(D) até 5 minutos após a hora marcada, o reclamante não houver comparecido, o juiz do trabalho deverá aguardar por mais dez minutos antes de determinar o arquivamento da reclamação.</p> <p>(E) até 15 minutos após a hora marcada, a reclamada não houver comparecido, deverá o juiz do trabalho determinar imediatamente o arquivamento da reclamação.</p>	<p style="text-align: center;"><b>DIREITO PENAL</b></p> <p>51. Paulo, funcionário público municipal, é responsável pelo vestiário do Clube Esportivo Municipal e, durante uma partida de futebol, subtraiu R\$ 200,00 da carteira de um jogador que havia deixado seus haveres sob sua guarda. Nesse caso, Paulo</p> <p>(A) praticou delito de corrupção ativa.</p> <p>(B) não praticou crime contra a administração pública.</p> <p>(C) cometeu crime de peculato doloso.</p> <p>(D) cometeu crime de excesso de exação.</p> <p>(E) praticou delito de prevaricação.</p>
<p>48. No procedimento ordinário, cada uma das partes</p> <p>(A) poderá indicar até uma testemunha para cada fato, em razão do princípio da primazia da realidade.</p> <p>(B) deverá indicar pelo menos uma testemunha para cada processo, sob pena de cerceamento do direito de defesa.</p> <p>(C) poderá indicar até três testemunhas, salvo quando se tratar de inquérito para apuração de falta grave, caso em que esse número poderá ser elevado até seis.</p> <p>(D) deverá indicar três testemunhas para cada fato, salvo quando se tratar de inquérito para apuração de falta grave, caso em que esse número poderá ser elevado a seis.</p> <p>(E) poderá indicar tantas testemunhas quantas forem necessárias para a comprovação dos fatos alegados.</p>	<p>52. Luiz é um dos funcionários da secretaria de uma Vara do Trabalho encarregados de dar andamento aos processos que ali tramitam. Um dia, colocou o processo referente à reclamação trabalhista formulada por um inimigo seu, com intuito de prejudicá-lo, num pacote de processos que seriam enviados para o arquivo. Esse procedimento retardou por mais de um ano o andamento da referida reclamação. Nesse caso, Luiz</p> <p>(A) não praticou crime contra a administração pública.</p> <p>(B) cometeu crime de prevaricação.</p> <p>(C) praticou delito de abuso de autoridade.</p> <p>(D) cometeu crime de excesso de exação.</p> <p>(E) praticou delito de exercício funcional ilegalmente prolongado.</p>

53. João é o funcionário público responsável pelo abastecimento de veículos da Prefeitura de uma cidade. O motorista de um veículo oficial solicitou que abastecesse um veículo particular de sua propriedade, dizendo que iria utilizá-lo em serviço. João atendeu e efetuou o abastecimento, negligenciando quanto à verificação da existência de autorização para tanto e quanto à veracidade da afirmação feita pelo motorista, que viajou com a família para o litoral. João, nesse caso,

- (A) cometeu crime de peculato culposo.
- (B) não praticou crime contra a administração pública.
- (C) praticou delito de corrupção ativa.
- (D) cometeu crime de condescendência criminosa.
- (E) praticou delito de prevaricação.

54. Considere as seguintes funções:

- I. Inventariante judicial.
- II. Jurado do Tribunal do Júri.
- III. Tutor dativo.
- IV. Síndico de falência.

Há equiparação ao funcionário público, para os efeitos penais, APENAS o que se contém em

- (A) I, II e IV.
- (B) I e III.
- (C) I e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) II.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

55. A respeito da liquidação por artigos, é correto afirmar que

- (A) será feita quando, para determinar o valor da condenação, não houver necessidade de alegar ou provar fato novo.
- (B) as partes podem voltar a discutir a lide, daí podendo resultar modificação da sentença que a julgou.
- (C) não há necessidade da citação pessoal do devedor para a execução, após o julgamento da liquidação, face à citação de seu advogado anteriormente ocorrida.
- (D) a citação do réu será feita na pessoa de seu advogado, constituído nos autos.
- (E) nela será observado apenas o procedimento ordinário, vedado o rito sumário.

56. Numa execução por quantia certa contra devedor solvente, foi penhorado um automóvel, e o devedor ficou como depositário. Tendo sido oferecidos embargos e em razão da demora na tramitação do processo, o devedor deseja vender o veículo e, para tanto, pode, a todo tempo,

- (A) mesmo após a arrematação ou adjudicação, requerer a substituição do bem penhorado por dinheiro, caso em que a execução correrá sobre a quantia depositada.
- (B) antes da arrematação ou adjudicação, requerer a substituição do bem penhorado por dinheiro, caso em que a execução correrá sobre a quantia depositada.
- (C) com o consentimento expresso do credor, requerer a substituição do bem penhorado por dinheiro, caso em que a execução correrá sobre a quantia depositada.
- (D) antes da arrematação e mesmo após a adjudicação, requerer a substituição do bem penhorado por dinheiro, caso em que a execução correrá sobre a quantia depositada.
- (E) antes da adjudicação e mesmo após a arrematação, requerer a substituição do bem penhorado por dinheiro, caso em que a execução correrá sobre a quantia depositada.

57. O devedor fechou as portas da casa, a fim de obstar a penhora dos bens. O oficial de justiça comunicou o fato ao juiz, solicitando ordem de arrombamento. Deferida a solicitação,

- (A) qualquer oficial de justiça, de posse do mandado, arrombará a porta e notificará o devedor para indicar onde se acham seus bens, lavrando certidão detalhada a respeito, discriminando quais os bens que encontrou e sobre os quais recaiu a penhora.
- (B) o mesmo oficial de justiça, independentemente de mandado, arrombará a porta e notificará o devedor para indicar onde se acham seus bens, lavrando certidão detalhada a respeito, discriminando quais os bens que encontrou e sobre os quais recaiu a penhora.
- (C) o mesmo oficial de justiça, de posse do mandado judicial, arrombará a porta e notificará o devedor para indicar onde se acham seus bens, lavrando certidão detalhada a respeito, discriminando quais os bens que encontrou e sobre os quais recaiu a penhora.
- (D) dois oficiais de justiça cumprirão o mandado, arrombando portas, móveis e gavetas, onde presumirem se acharem os bens, lavrando de tudo auto circunstanciado, que será assinado por duas testemunhas presentes à diligência.
- (E) dois oficiais de justiça cumprirão o mandado, arrombando portas, móveis e gavetas, onde presumirem se acharem os bens, lavrando de tudo certidão detalhada, discriminando quais os bens que encontraram e sobre os quais recaiu a penhora.

**DIREITO PROCESSUAL PENAL**

58. Oswaldo é funcionário público civil e praticou falta grave em serviço. Instaurado processo administrativo, o superior hierárquico lhe aplicou a pena de prisão por cinco dias. Sabendo-se que dentre as sanções legalmente previstas para a falta praticada não se inclui a pena privativa de liberdade, Oswaldo

- (A) só pode impetrar *habeas corpus* se o superior hierárquico não for competente para exercer o poder disciplinar.
- (B) não pode impetrar *habeas corpus*, porque este é incabível nos casos de punição disciplinar.
- (C) pode impetrar *habeas corpus* preventivo para não ser preso, por tratar-se de pena que não poderia ter sido aplicada em processo disciplinar.
- (D) só pode impetrar *habeas corpus* se vier a ser preso, sofrendo, assim, coação em sua liberdade de locomoção.
- (E) só pode impetrar *habeas corpus* se o processo administrativo estiver eivado de nulidades.

59. A respeito do *habeas corpus*, é correto afirmar:

- (A) A concessão de *habeas corpus* depende de petição do paciente ou de seu advogado, não podendo, em nenhuma hipótese, ser ele concedido de ofício pelos juízes e tribunais.
- (B) Nenhum motivo escusará a apresentação do paciente, se estiver preso, nem o fato deste não se encontrar sob a guarda da pessoa a quem se atribui a detenção.
- (C) O *habeas corpus* só pode ser impetrado pelo próprio paciente ou por advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil que tiver sido constituído para esse fim.
- (D) O juiz, se o paciente não puder ser apresentado por motivo de doença, deverá requisitar transporte por ambulância, não podendo se deslocar até o local em que ele se encontre.
- (E) O juiz, recebida a petição de *habeas corpus*, se julgar necessário, e estiver preso o paciente, mandará que este lhe seja imediatamente apresentado em dia e hora que designar.

60. Paulo foi surpreendido pela polícia no momento em que saía de uma loja, cuja porta havia arrombado e da qual havia subtraído dinheiro do caixa. Nesse caso,

- (A) pode ser preso independentemente de mandado judicial, por tratar-se de prisão em flagrante delito.
- (B) não pode ser preso independentemente de mandado judicial, porque só o Poder Judiciário pode determinar a prisão de alguém.
- (C) só pode ser preso com mandado da autoridade policial, porque já havia deixado o local do furto.
- (D) só pode ser preso com expressa autorização da autoridade policial ou do Ministério Público.
- (E) só pode ser preso por dois ou mais policiais e somente na hipótese de não confessar a autoria do delito.